

## **O SUL DA MINHA VIDA: DESLOCAMENTOS E IDENTIDADE EM O PLANALTO E A ESTEPE, DE PEPETELA**

Renata Cristine Gomes de Souza (UFF)  
Orientadora : Renata Flavia da Silva (UFF)

**Resumo:** O romance *O Planalto e a Estepe*, de Pepetela, foi publicado em 2009. Esse é mais um romance do autor que tem como pano de fundo a luta de independência angolana e a construção/restruturação do país. Apesar dessa aparente similaridade temática, no que diz respeito ao campo político e social, nesse livro o escritor nos traz a espaços que nunca antes foram visitados em suas obras e personagens que nelas ainda não haviam sido inscritos. A história, que tem um tom biográfico, é baseada na vida dos amigos Suren e Piricas, aos quais o livro é dedicado. A ligação com fatos reais é sugerida pelo próprio Pepetela na nota prévia em que se lê: “A estória aconteceu./ No essencial, mais ou menos como se conta./As personagens são de ficção. / Todas. / Mesmo aquelas que fazem lembrar alguém” (PE, Nota prévia). O protagonista e narrador da história parece também ter muito do autor do romance e de suas experiências. A partir do romance *O Planalto e a Estepe*, trataremos de algumas questões que envolvem a formação da identidade e a construção social do indivíduo, mostrando como os deslocamentos de Julio são importantes na busca pelo reconhecimento de sua angolanidade. Esse estudo se dará através de uma análise que envolverá aspectos ligados à colonialidade, como raça, deslocamentos, política e utopia.

**Palavras chave:** Angolanidade. Deslocamentos. Raça.

### **O racismo**

Vivi em Benguela, a melhor cidade nesse aspecto [racismo]. Mas quando fui estudar para o Lubango senti a diferença. Sobretudo na segregação racial. Via como os meus colegas negros eram tratados. (...) Quando começou a luta armada, pronto, era o caminho. Benguela era uma cidade muito particular. Metade da população era mestiça, estabelecia relações. Na escola tinha companheiros de todas as cores. Havia racismo, claro, mas havia uma maior integração da população. As outras cidades eram piores. A maioria da população do Lubango era branca. Passava férias no Huambo e íamos em grupo para a piscina. Não nos deixavam entrar. Diziam: ‘Tu e tu podem, os outros não’. Eram mestiços ou negros. (PEPETELA, 2011. s/p.)

Segundo a entrevista citada, o primeiro contato real de Pepetela com o racismo ocorre em Lubango e essa experiência é trazida para a literatura através de vivências do protagonista de *O Planalto e a Estepe* e de seus amigos de infância. A descoberta de como a raça influenciava a vida e os direitos das pessoas em Angola é feita pelo autor e pelo protagonista no mesmo ambiente, ou seja, há aqui uma linha horizontal que liga as

experiências de ambos. Deste modo, vemos nesse romance a materialização das palavras de Rita Chaves, que afirma que “O apreço pela memória (...) surge em jogo com o conhecimento que parece resultar da experiência. Somos colocados diante de situações que se podem enquadrar no conjunto das sugestões trazidas pelos tempos no espaço que é sempre angolano” (CHAVES, 2004). Um exemplo disso é essa descoberta do racismo, que para ambos se dá quando saem de sua comunidade familiar e começam a conviver com outros grupos de pessoas, na escola.

Júlio é descendente de portugueses, pai lusitano e mãe branca já nascida na Huíla, nascido no Lubango, onde passa a infância e o início da juventude. Ele fora criado junto às crianças negras da vizinhança e os filhos dos criados que viviam nas cubatas. Mesmo tendo uma posição diante da comunidade ali instaurada diferenciada da de seus amigos, ele cresce sem perceber nenhuma diferença entre eles. Assim que inicia os estudos ele se dá conta do abismo sócio-racial que os separava. Logo ele começa a perceber que a segregação, que ali havia, se dava por vários fatores que perpassavam a esfera econômica, racial e cultural.

Até então a segregação social causada pelo colonialismo não era notada pelo personagem, que aos poucos passa a ver como naquele momento e naquele lugar o homem negro vive à margem. Desse modo ele passa a observar esse processo que se dá durante o período colonial, no qual o homem negro angolano é subalternizado por parte da população portuguesa levada para Angola, que tiraram as riquezas da terra, estabeleciam um modo de vida que julgavam superior e exploravam força de trabalho do homem nativo. É através do olhar crítico de Júlio que o leitor se depara com algumas cenas de racismo abordadas no livro, as quais ilustram bem a estratificação social, econômica e racial do período colonial.

O pensamento racista da escola não molda a mente de Júlio. O que ocorre é o contrário, a impossibilidade de todos terem acesso à educação e a vida em comunidade faz com que o protagonista passe a contestar a escola e as outras instituições. No país multirracial de Salazar, só uma raça tinha direitos. A constatação do racismo existente naquela comunidade é essencial para o desenvolvimento da identidade de Júlio, pois aquele é o primeiro momento em que ele passa a questionar a sociedade, a religião e as instituições. Desde então, ele passa a ter uma ótica que irá guiá-lo durante a vida.

O protagonista tinha um comportamento diferente das outras crianças brancas,

ensinadas a segregar-se em suas comunidades. Ele não tinha vontade de se juntar aos novos colegas do colégio, como fora sugerido pela irmã, que não queria mais vê-lo junto às crianças negras. Ele não vê, pelo contrário, nenhuma razão para se afastar de seus verdadeiros amigos. Essa pressão feita por Olga, a irmã mais velha, é repetida pelos jovens brancos da região e pela polícia, pois no sistema de valor colonial era impossível que um jovem branco de bem andasse cercado de negros.

E quando nos viam, as meninas riam, lá vai o branco mapundeiro com os seus negros. Poucos eram os negros que se aventuravam ir ao Picadeiro no domingo. Um branco com amigos negros era um branco estranho, malvisto. (...) Um dia dois homens com chapéu cinzento na cabeça encostaram-me a um canto do liceu. Então és tu o bolchevique amigo dos pretos... (...) Mas eu não era amigo dos pretos por serem pretos, nem via bem as cores nem as cores têm importância. Era amigo dos meus amigos, isso sim.(PE, p. 21).

Nas “terras multirraciais lusitanas”, na qual o homem negro deveria negar sua cultura e adquirir a imposta pelo homem branco, a aproximação de pessoas de raças distintas era malvista. Desse modo nem mesmo os planos do colonizador de imposição cultural conseguem ser bem-sucedidos, porque quase não havia espaço para o negro dentro da cultura branca, e , quando havia era o lugar de servidão.

Ao analisar a situação social da época, grosseiramente pode-se afirmar que temos duas partes bem divididas e equidistantes da sociedade. Uma dessas partes é representada pelo colonizador, o homem que vai para as novas terras refazer sua vida a fim de ascender através da exploração e força de trabalho dos nativos, e a outra parte é representada pelos sujeitos subalternizados.

Esse processo de subalternização se dá por meio da apropriação da terra do outro, a ela não pertencente, como no caso de Angola, e da imposição de sua cultura. Essas ações são, antes de tudo, determinadas por um extremo racismo extrínseco. Em razão desse racismo extrínseco, os colonialistas brancos acreditavam que os povos negros das colônias não possuíam aspectos como honestidade, inteligência e coragem, por isso deveriam ser tratados de forma diferente, nesse caso, quase animalizada (APPIAH,1997. p.33).

Segundo Boaventura de Sousa Santos, Portugal reproduzia sobre suas colônias o ato subalternizador, ao qual também eram submetidos os seus naturais quando se tratava

da relação de Portugal com as potências europeias (SANTOS, p.99). Portugal, o país subalterno da Europa, repetia o ciclo de subalternização em sua relação com os habitantes das colônias. Assim os descendentes de portugueses gozavam de direitos que naquele dado momento era impossível de serem concedidos aos homens negros. A humilhação e exploração do homem negro da colônia era uma forma de engrandecer o homem português naquela sociedade, pois como sugere Pepetela no romance “O homem só gosta da diferença, sobretudo a que o favorece” (PE, p.22). Assim diferença cultural e racial era usada pelos colonizadores para a valorização do homem branco português e diminuição do negro africano.

O racismo extrínseco, aquele que julga haver distinções morais entre membros de raças diferentes, serão definidores na trajetória de João e Job, amigos de infância de Júlio que protagonizam as cenas de racismo na trama. Os dois personagens são filhos de Kanina, um criado da família Pereira, e fazem parte do grupo de amigos que partilham com Júlio a infância e a juventude. Os irmãos e o narrador sabiam que, por mais que crescessem juntos, chegaria um momento em que se separariam, porque, naquele lugar, a raça determinava seus destinos.

Como já foi dito, esse movimento de separação de trajetórias e de pensamento ideológico se dá quando Júlio começa a frequentar a escola. A educação era destinada apenas às crianças brancas. Os negros poderiam frequentar apenas a catequese, pois a adesão ao catolicismo era vista pelo europeu como um ato civilizador. Job e João, filhos de Kanina, eram obrigados pelo pai a ir à igreja, pois para ele aquele era um modo de os filhos terem algum prestígio naquela comunidade, adequando-se às normas do poder vigente. Os outros amigos só passam a frequentar a catequese para acompanhar o Júlio, pois como o narrador bem diz, aquelas crianças sabiam muitas coisas que não se aprendia na escola nem na catequese.

O romance elucidava como o racismo estava enraizado naquela sociedade por meio da negação do próprio homem negro ao outro de sua raça, ocasionada pela pressão social que o diminui e também pela polaridade de poder econômico. Outras cenas, que trazem esse racismo já estabelecido na sociedade, tratam da mecanização do homem, ao qual é negado pensar em diferentes possibilidades de vida, pois para dele cabe apenas uma alternativa de futuro que já é determinada para si mediante a sua cor. Dadas essas ocorrências na obra, percebemos que a ideia do racismo extrínseco é tão forte que seus

agentes conseguem fazer com que as determinantes sociais do grupo dominante sejam absorvidas até mesmo pelas vítimas dos atos causados por esse preconceito. Assim o leitor se depara com sujeitos que, presos pelo poder econômico, vivem de acordo com as determinações de quem controla o sistema vigente, ou seja, os colonizadores. Como o dinheiro está nas mãos do homem branco, o único jeito que parece ser possível de sobreviver, até então, é cedendo às suas vontades.

Essa dinâmica é trazida na trama de duas formas. A negação forçada do homem negro ao outro homem negro está presente na cena em que Júlio e João, seu melhor amigo, vão ao prostíbulo. Lá duas irmãs vendem o corpo para se manterem naquela comunidade, que as coloca à margem por serem negras e mulheres, só aceitam clientes brancos:

(...) tu vens comigo. Ele não, disse a irmã. O dinheiro é igual, disse o João. Pois, mas a cor não é, disse a irmã. Racismo? De negro pra negro? (...) No fim perguntei, mas como recusas um da tua cor? Porque se um branco souber que me deitei com um negro, não vai querer se deitar mais comigo. E os brancos é quem têm dinheiro. Racismo, sim, mas dos brancos. (PE, p.18)

As trajetórias de Job e João também são marcadas por essas determinantes que envolvem o poder do homem branco na sociedade colonial. João segue o destino que é determinado para o homem pobre e negro, que, por mais que tente ascender, é impedido por falta de oportunidade. João é assim como o seu pai. Kanina ensinou os filhos a obedecerem, trabalharem duro, respeitarem o trabalho e agirem de acordo com as determinações de quem ter o poder, ou seja, aceitarem o destino seguindo o único caminho seguro que era possível de ser trilhado. João deixa de lado as falas do amigo branco que questionava as instituições, até mesmo porque fora criado para se distanciar daquele lugar de contestação. João, assim como Kanina, sabe que, por mais que faça o máximo para ser respeitado naquele lugar, ele e o pai continuarão vivendo nesse estado de subalternidade, justamente por acreditarem que aquele é o único modo de sobreviver. Com trabalho duro, ele consegue ir mais à frente do que seu pai e trabalhar no Grande Hotel, mas sabe que, na sociedade colonial, era impossível seguir adiante.

Job tem o comportamento contrário ao do seu irmão e de seu pai. Ele a quem era imposto uma forma de vida resignada, se impõe diante das determinações do poder vigente, porque era “avesso a ordens que não entendesse” (PE, p.25). Seu modo de lidar

com as instituições e com a vida na colônia transforma-se no maior motivo de preocupação para Kanina, porque seu ato de exigir o seu lugar e seus direitos o tornavam um grande peso para o pai. Job era um terrorista, um inimigo do poder. Por mais que partilhasse das mesmas ideias de Júlio, a sua cor não permitia que ele pudesse questionar o sistema de submissão, logo, aos dezesseis anos, ele, um rapaz que apenas lutara pelos seus direitos, é executado por ser terrorista.

Todo esse período marcado por um discurso racista, ou seja, aquele que qualifica o indivíduo pela cor de sua pele, acompanhado de intenso racismo extrínseco, faz com que a raça negra seja uma das bandeiras do novo regime iniciado a partir da libertação de Angola, por ele, os homens angolanos tomam para si o poder que lhes é legítimo. O reconhecimento do homem negro e a negação do homem branco na ex-colônia são as novas normas formas de valorização por intermédio da raça.

O racismo também é uma das determinantes da impossibilidade de concretização da história de amor de Júlio e Sarangel na juventude. Não poderia a filha de um membro importante do Bureau do Partido do Povo Mongol casar com um homem branco, sobretudo estrangeiro. Sarangerel se deveria casar com um legítimo mongol. Júlio, que apenas presenciara o racismo, agora percebe como o preconceito é definidor da trajetória dos homens.

Já na parte do romance que trata do período pós independência, o racismo é trazido em outro território, na França, onde vive Moussa, casado com uma mulher francesa. Moussa, amigo senegalês que Júlio fizera na União Soviética, também sofre com o racismo, mas nesse caso as ocorrências se dão fora do seu lugar de origem. Moussa relata a Júlio que, por mais que vivesse de forma legal no país, ele não conseguiu nunca ascender em sua profissão porque não havia nascido na França e, além de tudo, era negro. Com isso o romance indica que mesmo que as oportunidades sejam dadas ao homem negro, ele não consegue evoluir naquele espaço devido à solidificação do racismo extrínseco. Mais uma vez o racismo define a vida dos personagens, assim como acontece nas nossas sociedades. Por mais que a colonização não mais exista, as suas marcas ainda estão na vida do homem africano ou de ascendência africana.

A raça aqui vem como um grande distintivo social, que fará com que o homem branco se julgue superior e civilizado, quando o que ele faz é a mais desumana das ações. Essas ações de racismo e de subalternização do homem negro, e posteriormente

do branco e mestiço, farão da raça um fator crucial na identidade do homem angolano durante as lutas pela independência e em todo período pós-colonial, como poderemos ver na unidade seguinte.

### **Um branco, um angolano**

Muitas referências coincidem quanto a considerar a obra de Pepetela como buscando na história matéria para a ficção. Porém, talvez poucos estudos se debrucem sobre a natureza dessa busca. Porque é na natureza dessa busca que me parece residir a diferença — eu diria até, a singularidade— dessa literarização dos factos históricos em Pepetela, não pela cristalização de enclaves identitários mas pela mosaicização de identidades como fundadoras de um (novo) mapeamento nacional. (MATA, 2001. p.136)

Pepetela, desta vez traz um personagem que dialoga muito com a sua própria vivência. É com a ajuda de Júlio, o protagonista do romance, que vemos uma nova identidade a ser mostrada, pois ele preenche um importante espaço nesse mosaico de identidades fundadoras da nação angolana. Júlio, o narrador, é um homem branco, angolano que se enxerga como um homem de sua terra. Desse modo *O Planalto e a Estepe* é obra que traz um narrador que ainda não tinha tido voz e para o qual é difícil se dar voz, porque ser branco em Angola é quase sempre ser visto como o outro: o descendente do colonizador.

Sabendo que os romances produzidos no período pós-colonial dão voz ao homem que foi colonizado, homem silenciado durante todo período de colonização tendo fim com as lutas de independência, fica a dúvida se o romance quebra esse ciclo já que o protagonista se encontra entre os dois lados, dividindo-se pela genealogia e pela ideologia. Por mais que a primeira vista pareça que essa postulação não é válida em *O Planalto e a Estepe*, ao longo da leitura nota-se que não há uma ruptura desse processo. Júlio não fala pelo homem lusitano e/ou pró colonizador ao construir seu discurso e nem fala pelo homem negro angolano, ele se coloca ao lado dele do homem negro angolano, às vezes até abaixo porque sabe que traz na sua cor a marca da diferença e a lembrança dos anos de exploração. Logo ele faz o máximo para ser merecedor de viver e lutar pela sua pátria. O narrador reconhece na sua angolanidade os privilégios que obteve na infância e juventude, mas, por escolha própria, contesta e se afasta gradativamente

dessa comunidade que possivelmente o aceitaria. Para tal o autor constrói um discurso que faz com que o narrador, mesmo ao reconhecer suas diferenças e privilégios, esteve sempre ao lado do homem negro angolano, até mesmo nos momentos em que este se encontra em um lugar de subalternidade. Júlio não esmorece em momento algum, e segue lutando por aquelas pessoas e pelo país. Partindo desse pressuposto, pode-se afirmar que a raça é um fator que determinará a sua trajetória.

É no início da sua adolescência que o personagem percebe a diferença de tratamento que recebe em relação aos amigos negros. A partir disso, ele tenta compreender qual é o seu lugar e o de sua família nesse processo e no fim dessa busca chega a dois conceitos, o de colono e ode colonialista. A partir desses pressupostos ele consegue enxergar com totalidade o complexo problema que a distinção racial trará para si durante seu percurso.

“Colonialistas são os que querem que os africanos sejam sempre inferiores, sem direito de gente na sua própria terra” (PE, p. 23) Os colonialistas são representados pelos policiais, pela irmã Olga, pela escola e pelas redes de poder. Segundo Boaventura de Sousa Santos, esses colonialistas exerciam nas terras angolanas o colonialismo retroativo. Salazar afirmava a existência de uma pátria portuguesa multirracial, ou seja, era veiculada uma ideia de “colonialismo cordial”, que nas vias de fato não existia. Assim o lusotropicalismo, que pregava a existência de uma “nação lusitana que ia do Minho até o Timor”, na verdade não fazia valer essa igualdade, havia, sim, a clara divisão entre colonizadores e colonizados (SANTOS, p. 25).

Já os colonos faziam parte do o grupo em que Júlio e a família se encaixavam, ou seja, eram os homens que viviam na colônia, amavam aquele lugar e que não exploravam o homem daquela terra. Embora não haja nada que fale da opinião dos pais e dos outros irmãos, é o que o texto sugere. É imprescindível para Júlio saber que ele e parte de sua família não compactuavam com os homens que exploravam sua terra e as pessoas provenientes dela, pois essa certeza lhe dá base e força para seguir na guerra pela independência e na constante luta para se afirmar como um cidadão angolano.

Notamos ainda que, ao mostrar que sua família é de colonos, o narrador o coloca em um lugar de subalternidade, como podemos ver a seguir:

A diferença entre colono e colonialista durante muito tempo trabalhou a minha cabeça. Eu me entretive a colar os rostos aos nomes. Por



exemplo, a minha mãe provinha dos primeiros colonos vindos da ilha da Madeira que fundaram o Lubango. Os avós dela viveram nos barracões perto da aviação, hoje aeroporto. Do outro lado da cidade. Uns miseráveis como ela contou, chamados pela gente da terra de chicoronhos, angolonizando a palavra colono. (...) A família dela se mudou para este lado, teve campos não cultivados, os que meu avô abarcava com o gesto largo do braço. Mas eram terras de ninguém e não valiam nada. Por isso sempre foram chicoronhos pobres, pior, mapundeiros. (PE, p. 24, 25)

Aqui o narrador se põe em lugar de subalternidade perante a sociedade colonialista. Em momento algum ele sugere que isso lhe causa algum tipo de problema, pois tem os mesmos privilégios que os outros jovens da região, mas é justamente essa posição social que lhe garante não ter o olhar que faz da diferença racial uma justificativa para subalternizar aquele que a sociedade em que vive, se vê como diferente dela. Sua família não era rica, não tinha interesse em roubar a terra do outro, apenas tinha o intuito de viver bem naquela terra. Por tal razão, o narrador vive em um constante esforço para que seja evidente a sua afirmação como um cidadão angolano, sem que para isso sua cor se fizesse um fator determinante.

Não só a posição financeira da sua família faz com que Júlio tenha um pensamento diferenciado dos colegas da escola, mas sua percepção da sociedade colonial se dá através da convivência com os amigos que viviam na cubata e da aquisição e reflexão do conhecimento que lhe era garantido no ambiente escolar. Desde que se vê diante das instituições e das leis morais, ele passa a conjugar o que aprende na escola com a sua vivência. Desse modo começam a surgir os questionamentos, visto que a igreja e a escola pregavam um discurso que não era o contemplado por eles. Seu professor de filosofia, e também Padre, é fundamental nesse processo de descoberta do sistema de poder vigente e suas falhas. A partir desse momento Júlio muda a sua visão de mundo, pois “A cabeça cresce com as verdades que nela entram.” (PE, p. 24)

Quando adulto a questão da cor da pele será uma barreira a ser quebrada, pois, naquele momento de luta pela independência de Angola, a raça era o principal modo de distinguir quem era o aliado de quem era o invasor. Portanto, a raça era uma forma de representação da identidade do homem angolano. Segundo Stuart Hall “as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação” (HALL, 2005 p.48), cabendo lembrar que, segundo o mesmo estudioso, “a raça é uma categoria discursiva e não uma categoria biológica”

(HALL, idem, p. 62-63). A raça era, e ainda é, um elemento importante na construção da angolanidade do indivíduo, ser negro é pertencer genuinamente à cultura e ao povo angolano, é trazer na pele sua identidade nacional. Com isso, o branco passa a ser o estigmatizado. Logo, é essa categoria discursiva que fará com que Júlio esteja sempre provando seu pertencimento à pátria e exigindo o seu lugar na luta por uma Angola livre e justa.

Júlio é mandado pelos pais para Coimbra, de onde foge de volta para as terras africanas para participar da guerra que libertaria a sua nação. O narrador, que gostaria de atuar no campo de batalha, é mandado para a União Soviética para aprender mais sobre o socialismo, regime político que Angola adotaria assim que deixasse de ser colônia de Portugal. Essa imposição – que é obrigado a acatar – de ir para a Rússia estudar economia, não é feita de forma deliberada, pois se acreditava que “os mais claros ainda não eram suficientemente angolanos para arriscarem a vida na luta pela Nação, pelo menos havia dúvidas quanto a sua nacionalidade”(PE, p.31).

Após retornar para sua terra, ele se torna um guerrilheiro, mas, embora seja atuante no combate, o personagem ainda carrega na pele a marca da dúvida. Para que essa diferença seja superada, ele faz uso de dois artifícios que irão ser constitutivos da imagem que os guerrilheiros criarão do novo coronel. Para tal, ele usa dois artifícios, um que terá como base a cultura e a crença religiosa do povo angolano e outra que o colocará em um lugar de fragilidade/subalternidade. O uso de um componente cultural nessa busca por reconhecimento é feito a partir da literatura oral, pois, ao mostrar que partilha das mesmas raízes culturais, ele prova seu pertencimento ao lugar. Partimos aqui da seguinte afirmativa de Stuart Hall “O "lugar" é específico, concreto, conhecido, familiar, delimitado: o ponto de práticas sociais específicas que nos moldaram e nos formaram e com as quais nossas identidades estão estreitamente ligadas.” (HALL, 2005. p.72). O segundo artifício utilizado pelo personagem é a escolha de seu nome de guerra:

Precisava de ter um nome de guerra, como todos os guerrilheiros. (...) Antes que fosse os companheiros a escolher por mim, me resolvi a uma espécie de autoflagelação simbólica. Pelo menos no Sul, era muito comum os colonos (sobretudo as suas mulheres) darem nomes de coisas aos homens ou rapazes que lhe serviam como criados. (...) Então eu lembrei de subverter esse pensamento, dando a mim mesmo, branco e de olhos azuis, o nome de um instrumento vulgar. Fiquei conhecido como o camarada Alicate. (PE, p. 129-139)

Ao escolher o nome de guerra, Júlio se coloca em um lugar de fragilidade. O nome que poderia ser dado a um criado serve como uma metáfora para mostrar que ele era um homem a serviço da nação angolana.

Voltando a tratar do lugar de pertencimento, há na trajetória do protagonista um eterno retorno à África e ao seu Sul, nos planaltos da Serra da Chela. Em sua ida para Portugal, ele não se inquieta enquanto não volta para o seu lugar, e é essa mesma África que procura nas pessoas com quem partilha sua vida, seja em Coimbra ou em Moscou, com exceção de Sarangerel. Nesses dois lugares em que estuda, acaba por ter mais contatos com africanos, pois é essa África que procura nas pessoas, é nela que se sente bem. Estar em contato com essas pessoas é estar mais perto de sua terra. A visão que nos é passada dos espaços que ele percorre é sempre diminuída em contraste com a beleza dos planaltos da Huíla. O único lugar pelo qual o personagem mostra uma grande afetividade, como a dedicada às serras do Lubango, é a floresta do Mayombe. Essa ligação com a floresta em que esteve durante a guerrilha se dá por ser esse o território onde foi reconhecido como angolano através de sua luta. Assim esse outro lugar de pertencimento é a terra onde ele renasce como cidadão africano, pois só ali ele consegue realmente mostrar a sua angolanidade, lutando por ela e mostrando que pode de dar a sua vida pela nação.

Depois da luta pela independência, e de anos de serviço dedicados ao exército, sem se corromper, o personagem não mais precisa provar que é um homem digno de dizer que Angola é sua terra. Os anseios do povo mudam, as lutas são outras e outras novamente, vem a desesperança, mas, no fim de tudo, uma coisa é impossível de ser mudada: o amor de Júlio pela terra angolana.

## Referências

- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1992.
- CABRAL, Amílcar. **A arma da teoria**. Rio de Janeiro: CODECRI, 1980.
- CHAVES, Rita. O Passado Presente na Literatura Angolana. **Via Atlântica**, São Paulo, 149-161, 2004.

- CHAVES, Rita. Pepetela: Romance e Utopia na História de Angola. **Via Atlântica**, São Paulo, 217-232, 1999.
- CHAVES, Rita ;MACÊDO, Tania (Orgs.). **Portanto... Pepetela**. São Paulo: Ateliê, 2009.
- DUTRA, Robson. Literatura e Nação: Pepetela e a História de Angola. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, 5-1: 149-178, 2011.
- EMICIDA, “Dez frases/coisas que aprendi com Nelson Mandela”. <<http://revistapiaui.estadao.com.br/blogs/questoes-musicais/geral/10-frasescoisas-que-aprendi-com-nelson-mandela>> Acesso: 15/8/2015 às 15:17.
- FREIRE, Rita Silva, “Não se festeja a morte de ninguém”, entrevista a Pepetela.<<http://www.buala.org/pt/cara-a-cara/nao-se-festeja-a-morte-de-ninguem-entrevista-a-pepetela>> Acesso: 4/6/2015 às 18:32
- GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas Da América Latina**. Trad: Sérgio Faraco. Rio de Janeiro: L&PM Editores, 2010.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. 10ª ed.. Rio da Janeiro: DP&A, 2005.
- HOBBSAWM, Eric J. **A era do capital**. Tradução de Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- MATA, Inocência. Pepetela e as (novas) margens da "nação" angolana. **Veredas**, Porto, 133-145, 2001.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade. **Novos estudos**,24-29, 2003.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.